

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 108

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE AGOSTO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE JUNHO DE 2002**
(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Luiz Carlos Zuk, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (46). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Caíto Quintana, Ricardo Chab, Nelson Justus, Antonio Carlos Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Neivo Beraldin (08).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2082

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, depois

de ouvido o douto Plenário, seja concedido regime de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2002, de nossa autoria, onde visamos sustar a Resolução nº 168, de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação.

Diante do exposto, encareço aos nobres pares para que aprovem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2083

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja concedido regime de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2002, de nossa autoria, onde visamos sustar a Resolução nº 2617/2001 e 2618/2001 da Secretaria de Estado da Educação e a 335/2001, da Secretaria de Estado da Administração.

Diante do exposto, encareço aos nobres pares para que aprovem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2084

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja concedido regime de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2002, de nossa autoria, onde visamos sustar a Resolução conjunta nº 100/98, de 15 de outubro de 1998.

Diante do exposto, encareço aos nobres pares para que aprovem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2078

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER destaque e preferência de discussão e votação para a Proposição nº 108/2002, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Algaci Tulio e Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO Nº 2081

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no

disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de votação de redação final para os projetos de lei que tenham sido aprovados em 2ª discussão, sem que tenham recebido emendas em sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2075

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 554/2002, item 09, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2077

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco das Proposições de Veto, itens 01 a 04, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2080

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, encaminhamento de expediente ao Exmo. Secretário de Estado da Segurança Pública e da Justiça, Dr. José Tavares, solicitando providências daquela Pasta, para que estude medidas administrativas ou legislativas para que o 3º e o 5º Distrito Policial de Londrina, possa atuar 24 horas por dia, tendo em vista estarem nas regiões mais populosas e carentes daquele município.

Segue anexo, cópia do Of. 1731/2002, da Câmara Municipal de Londrina, com essa solicitação.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 578/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Músicos do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital, foi fundada em julho de 2000.

A exemplo de suas congêneres, a associação vem lutando pelos interesses da classe que representa, ao mesmo tempo em que desenvolve atividades que promovem a integração dos associados, com programação cultural, desportiva e social, o que tem gerado benefícios para seus membros, além de ações sociais.

Sendo instituição sem fins lucrativos, sobrevive das mensalidades de seus associados, valendo-se das mesmas para reverter em benefício de associados (músicos) mais carentes, que necessitam gravar CD's, apresentar-se em eventos, etc.

Como instituição sem fins lucrativos, comprovada pela documentação em anexo, solicitamos sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 579/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o Parágrafo Único da Lei 13.738/2002, que passa a ter a seguinte redação.

Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para a instalação do batalhão da Polícia Florestal, da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes, e outros serviços do Poder Executivo Municipal de Morretes, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo corrigir uma distorção na lei que reverteu o referido imóvel ao município de Morretes, tendo em vista a metragem do terreno. Por se tratar de uma área razoavelmente grande, somente com a utilização constante da Lei nº 13.738/2002, grande parte da área ficaria ociosa. Recentemente o município de Morretes angariou junto à Petrobrás, uma doação de viatura e instalações do Corpo de Bombeiros. Parte desta área serve perfeitamente aos objetivos do Contrato e da Municipalidade. Como ainda sobra parte do terreno, pretendemos deixar a critério da

Prefeitura Municipal o destino da área restante, de acordo com os interesses da municipalidade.

Assim sendo, contamos com o apoio dos demais pares desta Casa de Leis, para a aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Questão de Ordem)

Senhor presidente:

Não sei se estou laborando em equívoco, mas me parece que ontem, o presidente falou alguma coisa a respeito da retirada do item 09 que está na pauta de hoje, Projeto de Lei nº 554/2002. Em relação a isso, quero um esclarecimento, pois está na pauta e houve ontem essa afirmação do presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Eu endosso as palavras do nosso líder da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi, porque havia inclusive, um requerimento ontem, pedindo a retirada da Ordem do Dia; o presidente Hermas Brandão fez um apelo para que fosse votada em 1ª Discussão e que não entraria em segunda.

Já tem um requerimento na Mesa, também pedindo a retirada, razão pela qual, quero crer que esse item não deveria constar da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Conforme entendimento com o presidente Hermas Brandão, ia ser votado ontem e hoje sairia da Ordem do Dia e já tem um requerimento na Mesa, conforme o deputado Durval Amaral, pedindo a retirada do item 09 da presente Sessão.

Com a palavra o senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Ontem, esta Casa, atendendo apelos não só do Sindicato, mas de toda a classe dos servidores públicos lotados na Polícia Civil do Estado do Paraná, depois de vários anos e inúmeras presenças nos gabinetes dos senhores deputados, inclusive no meu gabinete, colocando a todos nós aquela reivindicação justa que não andava nesta Casa e o Governo não queria atender e principalmente aqueles que dão respaldo ao Governo do Estado neste Parlamento não desejavam que nós tivéssemos o desfecho naquela Sessão de ontem: a aprovação dessa reivindicação.

Naquela oportunidade, também neste Plenário e nesta Tribuna, inúmeros senhores parlamentares, inclusive o líder da Oposição, ilustre deputado Waldyr Pugliesi, reclamava a atenção devida também por extensão à

Polícia Militar do Estado do Paraná, que não teve a atenção que reclama não só o “panelaço” das senhoras dos policiais militares, mas a atenção realmente de uma condição mínima.

Quando aqui veio uma esposa de um policial militar e argumentava de que o salário recebido pelo policial não teria condições humanas de atender a condição mínima de sustento a si e seus familiares e o encaminhamento de seus filhos, nós desta Casa apresentamos um projeto ao servidor público, fosse ele da Polícia Militar; da Polícia Civil e servidor público de um modo geral, semelhante ao Estado do Rio de Janeiro que dá condições de sustentabilidade para si e para sua família, oficializando o complemento do seu horário de trabalho com atenção à sua família, para conseguir um maior numerário.

Assim é que se encontra tramitando nesta Casa, ilustre deputado Durval Amaral, a complementação para que o policial militar nas suas horas de repouso o faça, mas também que ele tenha a condição de prestar alguma colaboração em outra oportunidade de trabalho.

Que ele também tenha a sua condição mínima de trazer maior rentabilidade para dentro da sua casa.

Assim também, o funcionário público de um modo geral, do Estado do Paraná, nas suas férias quando ele tem durante os seus quinquênios aquelas férias estendidas, possa ele através do conhecimento que adquiriu, prestar serviço e arrecadando mais a si próprio.

É o Projeto do Bico, senhor presidente, senhores deputados, que estou me referindo. Projeto esse que já existe em outros Estados da Federação e que nós queremos dar ao Paraná, realmente, uma condição mínima para que ele possa complementar esse salário que infelizmente, o Governo do Estado não paga para o seu sustento e ele tem que fazer, como está fazendo clandestinamente, o arrego maior do seu soldo, do salário do funcionário.

Assim é que nós oficializando isso que já tem em outros Estados da Federação, dá condições mínimas não prejudicando qualquer outra entidade, seja vigilante, seja guardião, seja enfim, qualquer outra atividade que já tem o seu sindicato, que já tem o seu trabalho. Mas, que tenha o funcionário público, a condição mínima dele complementar o seu salário, fazendo com que não seja necessário ficar na clandestinidade como se encontra no dia de hoje.

Nós sabemos perfeitamente bem, como é que funciona realmente, o bico no Estado do Paraná, conhecemos de perto.

Ponta Grossa foi testemunha quando um membro do Corpo de Bombeiros fazia a complementação do seu salário na Concessionária Rodonorte. Ele era socorrista, enfermeiro do Corpo de Bombeiros do segundo Agrupamento de Ponta Grossa e da Região dos Campos Gerais; atendia um acidente nas proximidades de Vila Velha e infelizmente, nesse atendimento, um outro acidente subsequente àquele que ele estava atendendo um ferido, veio

um caminhão e bateu na guarnição aonde ele se encontrava e ele foi hospitalizado e morreu.

Posterior à sua morte, o comandante do Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa, por uma determinação do regulamento da Polícia Militar, abriu um processo de sindicância e a viúva e os filhos poderiam e podem ser prejudicados na pensão a ser recebida por aquele militar que estava completando o seu salário, o sustento da sua família com atenção à Concessionária Rodonorte.

Por isso, nós entramos com este projeto, que é de alcance social e que trará a tranquilidade aos membros que compõem a família do servidor público do Estado e espero não só das Comissões, mas deste Plenário, a aprovação deste projeto.

Obrigado senhor presidente, muito obrigado senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Nelson Tureck, no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Subo a esta tribuna hoje, para neste momento importante da vida política, econômica e social do Estado do Paraná, para aqui também agradecer aos nobres deputados, pela votação de um dos maiores projetos da história do Paraná, quando aqui foi votado um projeto que volta o plantio do “ouro branco” no Estado do Paraná, que é o plantio do algodão. A cotonicultura que tantos empregos gerou, que deixou de dar incentivo ao produtor e também às indústrias de confecção, de tecelagem, de fiação, e o algodão em pluma.

Pedimos o apoio do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão, um dos melhores secretários que este Estado já possuiu, e dizer, senhor presidente, Elio Rusch, Antonio Anibelli, Edno Guimarães, que nós temos percorrido o interior do Estado do Paraná e pudemos sentir a empolgação das cooperativas, a empolgação da Ocepar, que representa todas as cooperativas do Paraná; que é a Coamo, em Campo Mourão; que é a Coagro, em Ibiratã; a Coagel, em Goioerê; a Cocamar, em Maringá. E nós vemos hoje a alegria dos prefeitos, dos vereadores, de entidades.

Ainda ontem testemunhamos o importante projeto, que é um projeto real, vital e concreto para o Paraná, porque a partir do ano que vem começa o plantio do algodão e começa novamente a gerar aproximadamente 50 mil novos empregos no campo.

Deputado Divanir Braz Palma, o algodão deixou de ser plantado no Estado do Paraná, porque o pequeno produtor não conseguia competir quando não tinha subsídio, não tinha incentivo, competir com o algodão que vinha da Argentina, dos Estados Unidos? E o nosso produtor deixou de plantar, com isso o Estado deixou de arrecadar, o nosso interior se esvaziou, o povo foi embora para a Capital, foi embora para o Mato Grosso, foi embora para Goiás. E por que Goiás, por que Mato

Grosso? Porque na verdade existia um projeto de vida, de independência de vender a imagem do trabalho com produção.

E hoje, graças à aprovação desta Casa, que eu agradeço a todos os senhores deputados, o algodão já está começando a ser contratado pelas empresas, pelas indústrias e pelas cooperativas; a arroba custa hoje, 10 reais, já estão contratando a 14 reais, por quê? Porque o projeto quando foi aprovado aqui, o incentivo do algodão na indústria de tecelagem, 80% de subsídio; o algodão da indústria de confecção, 85%; algodão em pluma para outros Estados, 75%.

Desse valor que as empresas recolheriam das indústrias para o Governo do Estado do Paraná, 40% vai de incentivo para o nosso agricultor e mais 10% para a pesquisa do algodão.

É por isso que eu não poderia deixar de vir à tribuna, porque o agricultor é a razão da existência da cidade, é a ele que nós temos que estender a mão e fazer a verdadeira justiça social, porque é lá no interior do Estado do Paraná que ele vai ser feliz com a sua esposa, vai criar os seus filhos e com isso ele está ajudando o município, está ajudando o Paraná e o Brasil. Porque pagar dívida, nós não pagamos dívida com o dinheiro nosso não, nós pagamos a dívida do Brasil é com o trabalho, é com a exportação. Nós só poderemos pagar a dívida realmente, com trabalho. E é por isso que esse projeto veio ao encontro às necessidades do Paraná e é um projeto que tem a empolgação das cooperativas e dos agricultores.

Eu, neste momento, tinha que subir a esta tribuna para agradecer aos nobres deputados por um projeto tão importante para o nosso trabalhador que aqui produz e ajuda o crescimento. E com o plantio do algodão, vamos ter mais dinheiro para a segurança, para a saúde e para a educação.

Muito obrigado senhores deputados, em nome do nosso interior do Estado, em nome do nosso agricultor, em nome das nossas indústrias, das cooperativas e principalmente - mais uma vez - o agradecimento ao presidente da Assembleia e toda a Mesa Executiva pelo apoio dado a esse projeto tão importante e fundamental na história do Paraná.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti, no Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados:

Venho à tribuna nesta manhã, no Pequeno Expediente, até em função da sugestão que foi manifestada ontem pelo deputado Moysés Leônidas na Comissão de Constituição e Justiça, para que esse assunto pudesse ser do conhecimento do Plenário e tivesse a manifestação do Plenário. Diz respeito à Mensagem nº 23, que na Assem-

bléia Legislativa transformou-se no Projeto de Lei nº 504 onde o Governo do Estado do Paraná pretende ver aprovada a transformação da Codapar - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - e da Emater - Empresa de Assistência e Extensão Rural do Paraná - em empresas terceirizadas, não mais empresas públicas como é hoje.

Quando essa Mensagem chegou à Assembléia, no dia 27 de junho, nós conversamos com o presidente Hermas Brandão e a vontade dele era que essa matéria não fosse à deliberação do Plenário neste período, principalmente agora em um período em que antecede o final de um Governo e que, evidentemente, as reformas administrativas seriam mais oportunas se realizadas no início de um Governo. Posteriormente esse projeto, na Comissão de Constituição e Justiça, quando relatado pelo...

O SR. HERMAS BRANDÃO

V. Exa. permite-me um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pois não.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Só para informar V. Exa. de uma decisão desta presidência, e em acordo com as lideranças da Oposição e da Situação, nós não vamos votar esse projeto este ano.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado senhor presidente!

Quero então, já antecipadamente, era o apelo que nós iríamos fazer a V. Exa. mais uma vez, porque na nossa avaliação esse projeto que se encontra na CCJ, com a responsabilidade de ser relatado pelo deputado Duílio Genari e que foi concedido a nós vista desse projeto, não tem sentido de prosperar, porque não pode, o estado do Paraná, um Estado eminentemente ainda agropecuário, manter-se sem o serviço de extensão rural pública.

O deputado Nelson Tureck falava ainda há pouco do projeto do algodão, de sua autoria, de estímulo ao retorno da cotonicultura no Estado do Paraná. E esse projeto mesmo, deputado Nelson Tureck, do qual tenho conhecimento porque fui o relator do mesmo na Comissão de Constituição e Justiça, só terá condições de prosperar se acompanhado, como pretende inclusive V. Exa., se acompanhado pela assistência técnica e extensão rural da Emater e se acompanhado também pelo Instituto Agrônômico do Paraná com uma pesquisa pública e endereçada em favor dos interesses do nosso Estado.

Por essa razão é que, desde o primeiro momento, nos colocamos veementemente contra a transformação da Emater e da Codapar em empresas terceirizadas, ou seja, que viessem a perder a condição de empresa pública, porque nós não conseguimos entender e aceitar que em um Estado onde tem a agropecuária, o agronegócio como uma das principais atividades suas, que possa abrir mão e

deixar de existir uma extensão rural pública e uma pesquisa pública desenvolvida pelo Iapar.

Por esta razão é que nós estamos aqui trazendo isto a conhecimento do Plenário e cumprimento o presidente Hermas Brandão que toma agora em parceria com as lideranças de não levar adiante esse projeto de lei porque sem sombra de dúvida, seria contra os interesses do povo do Paraná.

Muito obrigado aos senhores deputado e meus cumprimentos ao presidente Hermas Brandão por ter definitivamente sepultado esse projeto na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta presidência quer registrar a presença dos vereadores de Tupãssi, José Carlos Marussi, João Lecheski, Manoel J. Flores, e também do assessor jurídico Alberto Santana. Sejam bem-vindos à nossa Sessão.

Não tendo mais oradores no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças:

PL, PSC, PSL.

(**Declinam**)

PPS. Com a palavra o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

O que me traz à tribuna nesta manhã, é relatar o nosso trabalho junto à CPI dos Alimentos, mais conhecida como CPI do Leite.

Nós iniciamos esse trabalho durante o mês de dezembro, durante o recesso parlamentar, fazendo audiências públicas nas principais cidades do Estado do Paraná e lá pudemos constatar e fazer um diagnóstico da situação em que vivem os produtores rurais, mais especificamente os produtores de leite, e confesso aos meus colegas deputados, muitos que aqui estão, membros da CPI, de que quando nós iniciamos o nosso trabalho e nos primeiros depoimentos feitos por produtores rurais, víamos na indústria a grande vilã que estava prejudicando a cadeia produtiva do leite. Passado algum tempo depois das audiências públicas nós convocamos e convidamos primeiramente todos os setores para que viessem à Assembléia Legislativa, nas sessões da CPI, setor industrial, logicamente todos os representantes do setor produtivo, os produtores rurais e as entidades que representam os produtores rurais, como a Ocepar, a Faep, a Fetaep, Sindileite e por último nós convidamos o setor varejista e posteriormente convocamos o setor varejista para que estivesse na nossa CPI, até porque quando fizemos o convite, inicialmente 90% das grandes redes varejistas do Estado não compareceram naquela Sessão.

O que nós pudemos constatar ao longo do tempo, é que o setor varejista estava utilizando-se do grande poder de compra que possui e para vocês terem uma idéia somente as 4 maiores redes varejistas do Estado que atuam aqui no Paraná, o grupo Carrefour, Wall Mart, Pão

de Açúcar e Extra, detém 42% do mercado paranaense e 60% do mercado paranaense na venda de produtos lácteos, e usando deste poder econômico exige dos seus fornecedores descontos e bonificações que ultrapassam 20%.

E o que é pior, constatamos que nesses descontos e bonificações essas empresas exigem dos seus fornecedores que lhes forneça a nota no valor integral, ou seja, não são considerados os descontos e bonificações. Na nossa avaliação, isso caracteriza o uso indevido de crédito de ICMS, como também entendemos que está havendo o uso indevido dessa nota fiscal no valor cheio, que será posteriormente utilizado para que a empresa pague menos impostos de renda, caracterizando, talvez, em uma das maiores redes de sonegação de imposto de renda e de ICMS do Brasil, porque essas quatro redes unidas possuem e conseguem ter o faturamento de mais de 40 bilhões de reais por ano.

Quero dizer a todos os colegas deputados, que procuramos fazer um trabalho o mais transparente possível. Ouvimos todos os setores da cadeia produtiva, desde o produtor, da indústria e do setor varejista, durante o nosso relatório e toda as sessões foram públicas, onde todos os setores envolvidos, inclusive os denunciados, tiveram acesso ao nosso relatório. Talvez, pela única vez na Assembléia Legislativa um relatório tenha sido feito dessa maneira.

Quero agradecer a pessoa do deputado Orlando Pessuti, presidente da CPI, que nos deu total apoio e respaldo para que agíssemos dessa forma.

Comunico aos senhores deputados, que na semana que vem, entregaremos o nosso relatório ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, à Receita Estadual, à Receita Federal, enviaremos uma cópia ao Cade e também à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Nós, além de levantamos esse diagnóstico que apresentava diversas irregularidades, também recebemos diversas sugestões, entre elas, a maior aspiração do setor produtivo é o estabelecimento de um preço mínimo, para o leite. Hoje, já existe um grupo do Ministério da Agricultura, da CNA e da CBCL - Confederação Brasileira de Cooperativas e Laticínios, trabalhando no estabelecimento de um preço mínimo ou pelo menos de um preço de referência, para todos os Estados da Federação. Através de um diálogo feito, onde a CPI dos Alimentos foi mediadora entre a Faep, o setor industrial e todos os segmentos representativos dos produtores rurais do Estado do Paraná estamos desenvolvendo um preço de referência para o leite do nosso Estado, cuja entidade contratada por essas empresas, que falei anteriormente, foi a Universidade Federal do Paraná, que está levantando todos os dados, há noventa dias. A informação que tivemos na semana passada e que, provavelmente, no mês de outubro tenhamos o preço de referência para o leite em nosso Estado - a grande aspiração dos produtores rurais.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Cezar Silvestri, concede-me um aparte?
(Assentimento)

Quero me somar ao pronunciamento de V. Exa. e dizer a toda esta Casa e àqueles que nos visitam, que já tivemos a oportunidade de acompanhar, sim, muitas CPI's, aqui na Assembléia. Mas, para a nossa felicidade, esta nossa CPI está produzindo resultados durante o seu desenrolar. Esta nossa CPI dos Alimentos, que é para verificar as questões ligadas ao leite, hortifrutigranjeiros, carne e café, produziu em cima de suas discussões um projeto que institui o selo de qualidade, para o café, que obriga as indústrias torrefadoras a identificar no pacote do café, que tipo de produto tem lá dentro: café arábica ou café robusta, qual o tipo de mistura que tem dentro, qual é o tipo de bebida, enfim, tudo isso vai ser esclarecido ao consumidor, que poderá optar e adquirir um café com um selo de qualidade, que obriga as indústrias torrefadoras a identificar nos pacotes de café que tipo de produto tem dentro, se é o café arábica, se é o café robusta. Qual o tipo da mistura que tem dentro. Qual o tipo de bebida. Tudo isso vai ser devidamente esclarecido ao consumidor, que poderá optar em adquirir um café com selo de qualidade. Ou, eventualmente, se preferir consumir um café que seja clandestino, ou coisa parecida sem saber o que está bebendo. É uma opção do consumidor.

Na questão do leite, os avanços que já tivemos, dos compromissos que estão sendo firmados a nível federal, dos compromissos que estão sendo firmados a nível de Estado entre a indústria, entre os produtores, com a parceria que está sendo relatada por V. Exa. com a Universidade Federal do Paraná, para que tenhamos um preço de referência para o leite onde os produtores, de forma antecipada, saibam quanto receberão pelo litro de leite que estão entregando.

Também é oportuno destacar o trabalho desenvolvido pela CPI sob a coordenação desse aspecto pela deputada Luciana Rafagnin, que foi a discussão da Portaria 56. A Portaria 56 tinha uma intenção de ser implementada de imediato. E graças ao trabalho das seis Comissões Parlamentares do Leite de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. E esse trabalho coordenado pela deputada Luciana e por V. Exa. que é o relator geral, conseguimos em Brasília que essa Resolução 56, que é muito importante, que ela seja implementada de uma forma bem paulatina, uma forma bem pensada, bem analisada de forma a não causarmos nenhum transtorno maior.

Semana passada tivemos uma reunião pesada no que diz respeito à suinocultura. Relatos dramáticos, relatos com profundidade. Tivemos audiência com o secretário Deni Schwartz, Estabeleceu-se uma pauta de reivindicações a nível Federal e a nível de Estado.

Ontem tivemos mais uma reunião. Uma reunião também muito forte, mas dentro de um clima bastante interessante para uma CPI. Não tivemos uma retaliação deste ou daquele setor. E todos os segmentos da cadeia

produtiva, fossem os produtores, a indústria, o comércio varejista, os parlamentares, o Governo, os órgãos de defesa da comunidade como o Procon, todos sentados à mesma mesa e no mesmo plenário, debatendo questões da mais alta importância. E ontem, novamente, a CPI conquistou resultados positivos. A Secretaria da Fazenda representada pelo Dr. Lucena, que é o coordenador da Coordenadoria da Receita do Estado, anunciou e editou ontem o decreto reduzindo em 20% a pauta do ICMS da suinocultura. Porque os produtores estão vendendo como estavam vendendo, o suíno a R\$0,90 o kg e tinham que recolher, quando era o caso, um ICMS em cima de R\$1,18, R\$1,20, a mesma coisa da comercialização do leiteão. E evidentemente de prático e de positivo como resultado da reunião de ontem. V. Exa. anunciará tudo isso, mas são as quatro agendadas, do governo com a CPI e as indústrias, do governo com a CPI e o varejo, dos produtores com a Conab para definir a questão da comercialização do milho estocado pelo Governo Federal, e a reunião dos produtores com a Associação dos Municípios e a Fundepar para dinamizar a presença da carne suína na merenda escolar.

Esta nossa CPI dos Alimentos, CPI do Leite, está produzindo, mesmo sem estar concluída, resultados efetivos. E isso, evidentemente, graças à participação efetiva dos membros da CPI, e graças ao trabalho de relatoria coordenado por V. Exa. e pelos sub-relatores, no caso do café, do deputado José Maria Ferreira; no caso da resolução da Portaria 56, da deputada Luciana; no caso do leite, o sub-relator Eli Ghellere; no caso da carne, o sub-relator Ademir Bier.

Então, parabéns a V. Exa. pelo trabalho, e vamos agendar para a semana que vem as visitas que temos que fazer ao Ministério Público e a outros órgãos para entregar o trabalho que já está concluído no que diz respeito ao leite.

O Sr. Marcos Isfer

Quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem realizando, não só frente à CPI dos Alimentos, mas dentro desta Assembléia, onde realiza um trabalho de peso. Realiza um trabalho que sem dúvida enobrece esta Casa e tenho certeza, V. Exa., como deputado federal, lá em Brasília, dará continuidade a todas essas lutas que hoje começada com a CPI dos Alimentos. E é muito importante para o Paraná ter um digno representante da classe produtora, da classe agrícola junto ao Congresso Nacional para que possa, efetivamente, fazer valer os direitos do Paraná e os direitos da classe produtiva lá em Brasília. Então, parabéns a V. Exa. pela sua atuação, pela maneira como se comporta nesta Casa.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Quem agradece sou eu, deputado Marcos Isfer, e mais uma vez quero deixar claro que se pudermos desenvolver nosso trabalho, como disse, tivemos total apoio por parte do presidente da CPI - deputado Orlando Pes-

suti, e também quero agradecer ao deputado Hermas Brandão e à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa que nos deu total apoio e condições para que pudéssemos desenvolver nosso trabalho.

Senhor presidente, seria importante dar algumas informações a todos os senhores deputados. Com relação à Portaria 56, seria uma portaria que da forma como estava sendo editada, se entrasse em vigor agora no ano de 2003 como estava previsto, ela seria excludente principalmente aos pequenos produtores rurais. Também um trabalho da CPI junto ao Ministério da Agricultura, conseguimos a postergação desta portaria para o ano de 2005, dando condições para que os pequenos produtores pudessem se adaptar às exigências feitas pelo Ministério da Agricultura e também sugerindo algumas medidas, como por exemplo, o financiamento ao pequeno produtor e também um fundo de aval para que o pequeno produtor possa ter acesso a esse financiamento.

Com relação à questão tributária. Estamos defendendo na CPI que tenhamos uma tributação única para o leite e seus derivados em todos demais Estados da Federação. Hoje, existe uma disparidade tributária entre alguns Estados favorecendo o passeio do leite. No Estado do Paraná, muitas vezes o leite sai daqui e vai para São Paulo e retorna ao nosso Estado, porque principalmente, as redes de supermercados se utilizam do crédito de ICMS onde a vantagem seria comprar fora do Estado do que comprar aqui e beneficiar o produtor rural paranaense e também beneficiar o próprio Estado com o pagamento de impostos.

Com relação à importação do leite. Hoje constatamos através da CPI, através das audiências públicas que existem em nosso país, infelizmente, uma verdadeira máfia organizada na importação de leite e o que é pior, leite que está sendo fornecido à Prefeitura na merenda escolar. E fizemos um apelo e quero aqui fazer um apelo a todos os senhores deputados, aqueles que têm relacionamento político e administrativo com os prefeitos do Paraná, para que utilizemos leite na merenda escolar e seus derivados. Para que possamos beneficiar o produtor de leite, mas que também beneficiemos e utilizemos leite produzido no Estado do Paraná. Deixemos de utilizar algumas prefeituras, senhor presidente, que estão fazendo importação de leite vindo da Argentina e de outros países em prejuízo ao produtor paranaense e o que é pior, leite de baixíssima qualidade, leite com adição de soro, ou seja, comprovadamente leite que não beneficia nossas crianças.

Outra proposição que foi feita pelos senhores produtores e pela cadeia produtiva de forma geral, é que criássemos, na Assembléia Legislativa, uma Comissão Permanente para acompanhamento do leite e de seus derivados na Casa. Para que não ficássemos apenas no trabalho da CPI. A CPI teve um trabalho importante, deputado Valdir Rossoni, porque ela pôde ser uma mediadora entre o setor produtivo, industrial

e também com a rede varejista, apesar de estarmos denunciando algumas irregularidades feitas pelas grandes redes varejistas.

Mas, de qualquer forma, a CPI conseguiu avanços importantes porque ela se colocou, exatamente, como uma grande mediadora. Conseguimos o avanço como dizia, no Paraná, da criação do preço de referência para o leite. Era uma aspiração de mais de 35 anos de cadeia produtiva. Estamos trabalhando, agora, como disse o deputado Pessuti, com os suinocultores de todo o Paraná e graças a esse trabalho nosso de mediadores, hoje estamos tendo encontro com o secretário da Agricultura, Deni Schwartz, com o setor industrial e também acompanhados pela CPI. Amanhã teremos um encontro com a Secretaria da Agricultura e todos os órgãos governamentais envolvidos com as redes de supermercados, as grandes redes de supermercados também mediadas pela CPI e ainda na tarde de amanhã, teremos um encontro entre os produtores rurais e a Conab. Porque hoje estamos com um problema sério de armazenagem do milho e até porque houve um aumento muito grande no preço do milho e logicamente que a Conab, como órgão governamental, deve também ser a mediadora e a regularizadora de preço. E estamos trabalhando como mediadores para que tenhamos uma baixa de preço nesse período, para que possamos amenizar o sofrimento dos suinocultores.

E, por fim, ontem, na reunião, e eu particularmente sugeri, e ontem estive conosco apenas o Grupo Sonae. O Grupo Sonae disse que trabalhava com a carne suína com uma margem entre 10 e 22% e pedimos para que este grupo mostrasse sensibilidade - como já ocorreu em vários países principalmente na França e Itália, que todas as vezes que a suinocultura, qualquer produto primário passa por dificuldades, as grandes redes de supermercados mostram sensibilidade, trabalham e anunciam isso, e trabalham durante um período com margem de lucro zero, para que possa, realmente, aumentar o consumo desses produtos.

Fizemos o apelo e nossa expectativa é que na próxima segunda-feira na reunião da CPI, tenhamos uma resposta positiva por parte do grupo Sonae e, se Deus quiser, por parte de todas as grandes redes varejistas e por todos os supermercados do Paraná.

De forma resumida pode falar do que fizemos até o presente momento, como relator da CPI dos Alimentos e dizer que a CPI não está concluída, terminamos a primeira parte que foi a parte do leite. Estamos trabalhando na carne e devemos concluir já na próxima semana. Depois teremos ainda, o trabalho junto aos hortifrutigranjeiros e também ao setor do café e queremos ver se concluímos nossa CPI até final de outubro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No horário das Liderança do PSDB, deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam.

Ouvimos atentamente o discurso do deputado Orlando Pessuti que, com muita propriedade, falou sobre a importância da empresa pública, a Emater. Quero dizer aos senhores deputados que no mês de junho, quase nos últimos dias do recesso do 1º semestre, causou estranheza a esta Casa de Leis e a nós como deputado estadual, a entrada de um projeto de lei do Governo do Estado, do Executivo, projeto esse mudando a sistemática da Emater e bem como da Codapar. Continuava a Emater uma empresa pública, mas passando a questão salarial da Emater, a questão do seu funcionamento, tirando do Tesouro do Estado passando para uma empresa, passando a ser uma prestadora de serviço à comunidade agrícola do Estado do Paraná. Com isso os funcionários da Emater deixariam de receber do Tesouro do Estado e passariam a receber da empresa conforme a prestação de serviço no nosso Estado do Paraná.

Nós, de prontidão, fomos contra esse projeto de lei, porque sabemos da importância que representa a Emater no Estado do Paraná. E, naquela ocasião, tivemos por parte do Sindicato dos Servidores da Emater, na pessoa do Murilo e do Ivo aqui na Casa, quando foram, recebidos pelo presidente Hermas Brandão, e o presidente desta Casa, e quero de público reconhecer a dedicação que nós tivemos e a prontidão do presidente Hermas Brandão. O presidente, que passou pela Secretaria de Estado da Agricultura, sabe e reconhece a importância da Emater no Estado do Paraná; sabe e reconhece a importância da produção do nosso Estado, tanto que o presidente Hermas Brandão apresentou um projeto de lei que desonerou a produção agrícola e agropecuária do Estado do Paraná. Com isso, o presidente de prontidão deu todo apoio para que naquela ocasião nós tivéssemos a não inclusão do projeto de lei na sessão ordinária. E nós queremos aqui de público dizer também, que o líder do Governo, deputado Durval Amaral, naquela ocasião nós tivemos uma reunião com o governador, o governador naquela momento, já de prontidão também concordou em pedir que volte aquele projeto justificando que ele tinha partido da Secretaria do Planejamento, mas justificando e dizendo que naquela ocasião encaminhou o projeto, mas que não traria prejuízo aos servidores da Emater. Tivemos também apoio do deputado Durval Amaral, líder do Governo naquela ocasião, porque fizemos o governador entender que o projeto é prejudicial à agricultura do Paraná, é prejudicial à produção do Paraná, é prejudicial à Emater, que é importante para desenvolvimento do Estado do Paraná. A Emater, que está presente em todos os municípios do Estado do Paraná; a Emater que tem a mão-de-obra qualificada, servidores qualificados, servi-

dores participando de todos os municípios do Paraná, com a mão amiga, amiga do produtor paranaense. E também nós não poderíamos deixar de mencionar que nessa reunião do Sindasp, tivemos a participação do deputado Ângelo Vanhoni, do PT que participou também e a participação do deputado Augustinho Zucchi, que também é da área, que também esteve participando dessa reunião de suma importância para o sindicalismo, bem como para o sistema da agricultura do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao deputado Augustinho Zucchi com satisfação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço o aparte que V. Exa. me concede, apenas para reiterar o vosso pronunciamento, o pronunciamento do deputado Orlando Pessuti, de outros deputados que já se posicionaram nesse sentido. Além de parabenizar a posição do presidente da Casa, tomando obviamente uma posição contrária a esse projeto, temos que ressaltar a luta do Sindasp, que através do Sindasp, deputado Ricardo Maia, alguns parlamentares mobilizaram-se no sentido de que tivéssemos retirada a pauta de discussão dessa Mensagem. Até como um papel importante na estrutura organizacional e operacional da agricultura do Estado do Paraná.

A matéria é estratégia para qualquer Governo na implantação de qualquer programa em defesa da nossa agricultura ou desenvolvimento da nossa agricultura. Essa matéria tem que ser realmente eliminada aqui da Casa. Até para não ocasionar instabilidade nos funcionários da Emater, que aliás continuam trabalhando lá em programas importantes, como é o Programa Paraná 12 Meses, já trabalharam muito no Programa Paraná Rural, enfim, em programas da agricultura que o nosso estado já teve.

Parabéns ao vosso pronunciamento, acho que todos nós, independentes de sermos ligados à área, como o nosso caso, o caso de V. Exa. mas todos os deputados têm que ter esse cuidado, para que matérias mais ou menos similares a essa não voltem a ser colocadas em discussão na Casa. Parece-me até que o governador não estava sabendo do teor da matéria desse projeto. Porque se soubesse realmente, seria um contra-senso de qualquer Governo encaminhar um projeto como esse aqui para a Casa, de uma estrutura fundamental principalmente para os pequenos e médios agricultores como é o caso da Emater.

Então, acho que temos que trabalhar, para que de uma vez por todas não volte a ser discutida essa questão aqui nesta Casa.

Muito obrigado pelo aparte e também quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que tem tido com relação a essa questão.

O SR. RICARDO MAIA

Agradeço o aparte de V. Exa. e ao mesmo tempo confesso que reconheço o seu conhecimento, a sua dedi-

cação no sistema da agricultura, porque eu vivi e trabalhei no sistema da agricultura. A agricultura é importante para todos nós, ficamos imaginando um Estado produtor, terras férteis, um país produtor como o nosso país, se tivéssemos uma política agrícola definida, não teríamos um inchaço das grandes cidades, das regiões metrópoles nem teríamos o desemprego neste país.

Para concluir, como o deputado Augustinho Zucchi falou, realmente o governador não tinha o conhecimento concreto do que seria esse projeto de lei, porque ele chegou nesta Casa às 19h00 da véspera da votação do dia seguinte às 9h00 e naquela noite, nós tivemos um compromisso com o governador numa cerimônia, o deputado Durval Amaral estava junto, foi discutido com o governador e o que falaram ao governador, foi que simplesmente seria para que a questão salarial da Emater não entrassem na questão geral do Estado, por motivos da Lei Camata do índice do percentual que estava ultrapassando.

Mas resumindo, senhores deputados, nós não poderíamos em hipóteses alguma, deixar aqui hoje o nosso reconhecimento a dedicação que nós tivemos do presidente desta Casa, no momento certo, no momento adequado do deputado Hermas Brandão.

E nós sabemos que os candidatos a governador, todos os principais candidatos a governador todos eles em seus discursos têm dito, não só da Emater, mas das demais empresas públicas, mas no caso específico da Codapar, Emater; que elas são empresas fundamentais para do desenvolvimento do Estado do Paraná são empresas estratégicas com mão-de-obra qualificada, com pessoa altamente qualificado.

Por isso, nada mais justo que nós deixarmos para o próximo governador qualquer discussão a esse respeito. E nós temos aí a palavra do líder do Governo Durval Amaral, que o governador já pediu a devolução desse projeto de lei para o Palácio Iguaçu, projeto que causou um mal-estar, entre os servidores da Emater, e entre a comunidade da produção, a comunidade agrícola do Estado do Paraná.

Então a notícia boa aqui, que tranquilizamos a todos os parlamentares, bem como à comunidade agrícola do Estado do Paraná, que esse projeto irá retornar ao Palácio Iguaçu. Com isso todo mal entendido que ocorreu aqui fica esquecido, mas não podemos nos descuidar, sempre estaremos de prontidão, defendendo os interesses maiores da comunidade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PTB com a palavra.

Liderança do Governo.

Liderança da Oposição. Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Na realidade nós estamos pretendendo fazer um encaminhamento aqui, que certamente vai se chocar naquilo que estamos vendo na base de sustentação do governo. Aquela famosa frase “se ficar o bicho pega, se correr o bicho come”. Está aí, o que é que nós queremos com esses vetos, colocados apostos pelo governador. Nós queremos derrubar alguns vetos e queremos fazer a manutenção do veto para o item 4 da Ordem do Dia.

Então, veja bem, o que é que a Oposição pretende: pretende manter do item 4 pelo seguinte: vou lê-lo - por incrível que pareça, nós da Oposição estamos ficando ao lado do governador para aprovarmos alguns vetos, e outros nós queremos derrubá-lo. Vejam bem, o item 04 traz dentro dele o seguinte: no artigo 43, é isso que o governador vetou, “as empresas que na data da instalação da agência forem detentoras de outorgas vencidas e, ou com caráter precário, ou que estiverem em vigor com prazo indeterminado, terão as mesmas mantidas sem caráter de exclusividade pela prazo previsto no artigo 98 do Decreto Federal número 2521 de 20 de março de 98 em atendimento no disposto no artigo 42, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8997, de 13 de fevereiro de 95, e adaptados aos princípios norteadores da agência”. O governador vetou esse artigo.

Eu estou subindo à tribuna para chamar a atenção de todo mundo para que nós, na realidade, aprovamos esse veto do governador no item 4. Nós temos aqui através de um procedimento regimental da deputada Luciana Rafagnin o pedido de destaque para o item 3 da pauta que contempla objetivos dos servidores públicos estaduais. Então, é aquilo, o que está acontecendo? O Governo quer englobar os quatro vetos, até para eles serem derrubados, Se nós concordarmos com isso, no nosso entendimento da Oposição, nós estamos aprovando uma matéria nebulosa que está, no nosso entendimento, colocado de maneira que contraria o interesse público; e se nós procedermos de outra maneira talvez os servidores falem. “Olha, se tivessem derrubado todos os vetos nós seríamos contemplados”.

Vem aí a história que eu falei. “Se ficar o bicho pega se correr o bicho come”. Então, eu chamo a atenção da bancada do Governo para o seguinte: o que nós queremos? Nós queremos votar item por item para que fique claro e possamos todos nós, diante do povo do Paraná, contemplarmos aqui que nós achamos que é correto e rejeitarmos aquilo que não é correto no nosso entendimento. É uma posição de alerta. Na realidade o que é que acontece? A Oposição é minoria, e se não houver compreensão da parte dos deputados do Governo logicamente que a minoria será derrotada.

Então, é um procedimento que nós estamos encaminhando e que nós pretendemos ver como é que fica, para em seguida nós tomarmos uma posição, que poderia ser inclusive a retirada do plenário para que nós pudéssemos em outra oportunidade, com tempo para se discutir, ver os caminhos que poderíamos trilhar.

Vem daí a nossa posição sempre de contrariedade em relação a esses assuntos que eles sempre chegam na vigésima quinta hora, quando não tem tempo mais para nada, a gente acaba vendo a inclusão na pauta, a inclusão na Ordem do Dia, de problemas que levam a esse conflito. Se você atende de um lado, você agride o interesse público, no nosso entendimento, do outro.

Fica aqui então esse alerta para nós da Oposição, e eu chamo a atenção da Bancada do Governo, porque nós vamos prorrogar por 15 anos a exploração de serviços que foram contratados por um governo. Em qualquer país sério decisões que vão entrar nos governos futuros não são tomadas, são discutidas como ainda agora o presidente da República está tentando fazer com todos os candidatos à presidência. O que pretende o presidente da República? Ele quer chamar toda sociedade para mostrar, pelo menos de maneira tênue, que esse país está numa baita de uma enrascada e precisa da presença de todo mundo. Muitas decisões que precisariam ser tomadas agora, se proteladas e não havendo prejuízo a ninguém, deverão ser tomadas pelos próximos governos.

Daqui a pouco, no mês de outubro teremos uma decisão com tudo que deve acontecer aqui no Paraná, dentro do setor Legislativo e Executivo.

Por que vamos, nós da Oposição, contrariar o governador? Porque de vez em quando ele também acerta. Não é só de erro não. Três ou quatro por cento de acerto ele deve ter. É um número da classe dominante que explora e rouba este país há quinhentos anos, desde Pedro Álvares Cabral.

Achamos que é uma agressão a inclusão desse artigo 43 nesse projeto de lei dando privilégios inaceitáveis, principalmente ao pessoal do transporte coletivo. Nós nos repugnamos com isso. Estamos aqui de maneira clara falando o que achamos que deveríamos falar.

Gostaríamos, senhor presidente, que os vetos não fossem englobados, que fossem discutidos e votados individualmente, para que, cada um, de maneira clara, não tenha dificuldade amanhã para dar a verdadeira roupa que cada um tem a responsabilidade em relação a esses assuntos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 senhores deputados.

Sobre a mesa, relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a ALL - América Latina Logística do Brasil S.A., constante do expediente. **À Comissão Executiva para os fins previstos no artigo 38 do Regimento Interno.**

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2077, e autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposição de veto, itens 01 a 04, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, reitero a orientação para que não concordemos com essa pretensão do Governo de fazer essa votação em bloco. Chamo a atenção dos meus companheiros, inclusive de todos os deputados da Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Temos dois requerimentos: um pedindo a votação em bloco e depois outro pedindo destaque para a votação do item nº 03.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Se o primeiro for votado o outro perde a sua eficácia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Um pede a votação em bloco e o outro pede destaque. Podemos até inverter a votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Qual o requerimento protocolado primeiro? É automaticamente o que foi protocolado primeiro tenha a preferência na votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O primeiro foi o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Automaticamente aprovado um, o outro fica prejudicado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Temos o direito de poder nos manifestar a favor daquilo que achamos que é correto, como essa questão de manter o veto ao item 4. Como também é de direito e mais do que obrigação votarmos o item 3, o qual pedimos destaque e a votação separada, porque aí estão as reivindicações dos servidores públicos do Estado do Paraná, o qual esta Casa foi unânime em aprovar.

As emendas foram aprovadas. O governador foi insensato, vetou as emendas. Manda o veto para esta

Casa e coloca para ser votado em bloco. Como se esse projeto tivesse a mesma importância que os demais.

Achamos que ele merece um destaque, merece uma votação separada.

Temos o direito de ser contra o veto do governador ao item 3 da pauta e somos a favor ao veto do governador no item 4.

É mais do que justo, porque a Bancada do PT já votou contra o projeto do item 4. Agora nos vemos numa situação sendo obrigada a votar a favor.

Peço ao líder do Governo que tenha respeito conosco, que respeite a nossa posição.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

Deputada, respeito V. Exa. e todos os deputados desta Casa.

Entretanto, existem projetos de proposição de veto que trazem um impacto financeiro para o Paraná.

Entendemos que, a manutenção de alguns vetos ou desses vetos são importantes. A estratégia do governo é a manutenção desses vetos, razão pela qual vai votar em bloco e fazer esse encaminhamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o requerimento do deputado Durval Amaral, que pede a votação em bloco.

Os que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

Vinte e nove aprovam.

Os que rejeitam queiram levantar-se.

Quatorze rejeitam.

Está **aprovado** o requerimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Parece-me que da Bancada do Governo que mantém o requerimento do deputado Durval Amaral tem 25 deputados. Estou contando vinte e cinco. V. Exa. poderá contar de novo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mesmo assim seria aprovado o requerimento! Devo confiar na contagem do 1º secretário!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Certo, mas são 25 deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Os deputados que aprovam o Requerimento nº 2078, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, com

apoio dos deputados Algaci Tulio e Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para a Proposição nº 108/2002, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 386/2002, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

15 senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

27 senhores deputados rejeitam. Com abstenção do deputado Valdir Rossoni que não está votando.

Está **rejeitado** o requerimento!

Vamos votar os itens 01, 02, 03 e 04, conforme requerimento aprovado.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 045/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que veda a cobrança da tarifa mínima pelas concessionárias de serviços públicos no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 159/2001

Curitiba, 18 de maio de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 031/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 017/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo “vedar a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviço público (água, luz e telefone) sem a correspondente prestação de serviços, objetivamente medidos”.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de informações prestadas por órgãos componentes do Poder Executivo de que a “tarifa mínima” é instrumento, já consagrado, para possibilitar preços mais acessíveis a todos os segmentos da população, mormente os mais pobres. No que tem pertinência com a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, vale ressaltar que a “tarifa mínima” é prevista e imposta pela Lei Federal nº 6528, de 11 de maio de 1978 e por seu regulamento baixado pelo Decreto Federal nº 82.587, de 06 de novem-

bro do mesmo ano e, ainda, que tal forma de cobrança foi judicialmente reconhecida, em decisão prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública, da comarca de Curitiba.

Por outro lado, em relação à Companhia Paranaense de Energia - Copel, a Presidência daquela Companhia, apreciando a matéria, asseverou:

...”3. Sendo a União o poder concedente, tal regulamentação se orienta pela diretriz de absoluta uniformidade, a nível nacional, das condições a serem observadas pelos concessionários, sem seu relacionamento com os consumidores. Essa uniformidade é exigência legal que abrange todos os aspectos da prestação e utilização do serviço, desde o valor das tarifas a serem aplicadas a cada uma das classes de usuários, até os direitos desses perante o concessionário, as condições e prazos de atendimento e de pagamento, sanções por inadimplência e demais pormenores atinentes à matéria.

Assim posto, sendo a Copel concessionária, tem sua atuação regidamente delimitada pela legislação federal citada, disciplinadora do serviço público de energia elétrica.

4. Entre as obrigações constantes da legislação federal aludida, cabe ressaltar que a concessionária deve cumprir com o disposto na regulamentação expedida pela Aneel, em conformidade com a Lei nº 9427/96, que fez publicar a Resolução Aneel nº 456, de 29.11.2000, que trata das Condições Gerais do Fornecimento de Energia Elétrica, estabelecendo no artigo 48 que “os valores mínimos faturáveis, referentes ao custo de disponibilidade do sistema elétrico, aplicáveis ao faturamento mensal de unidades consumidoras do grupo “B”...”, são por aquela norma federal definidos.

5. Dessa forma, torna-se impossível eventual autorização a ser expedida pelo Poder Executivo do Estado, “...vedando a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias...”, conforme sugerido no Projeto de Lei nº 017/2001”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 017/2001 encontra-se publicado no DA nº 004/2001, de 21/02/2001)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 045/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que veda a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviço públicos no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 078/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 311/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, a reduzir a taxa de cobrança da coleta e tratamento de esgoto para 50% do custo do abastecimento faturados. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG nº 212/2002.

Curitiba, 21 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra e acusar o recebimento do Ofício nº 034/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 311/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a reduzir a taxa de cobrança da coleta e tratamento de esgoto para 50% do custo de abastecimento faturado em todo o Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa, decorre do detalhamento pronunciamento da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, demonstrando ser a medida indiscutivelmente contrária aos superiores interesses públicos, cujos termos acolho e ratifico, fazendo deles as razões básicas do veto ora aposto. Tal pronunciamento, como parte integrante desta decisão, é anexado por cópia autêntica.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 311/2001, encontra-se publicado no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 078/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 311/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que visa autorizar o Governo do Estado do Paraná, a reduzir a taxa de

cobrança da coleta e tratamento de esgoto para 50% do custo do abastecimento faturados.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 108/2002, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 386/2002 - Mensagem nº 021/2002, de autoria do Poder Executivo - Ofício nº 344/2002, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais funcionários públicos civis da administração direta e autárquica, estabelecendo sua estrutura administrativa e funcional. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG nº 344/2002.

Curitiba, 05 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra e acusar o recebimento do Ofício nº 330/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 386/2002, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais integrantes do Quadro Geral do Estado e adota outras providências.

O veto parcial aposto incidiu sobre os dispositivos adiante especificados, todos eivados de flagrante inconstitucionalidade porque, basicamente, ferem o artigo 66, incisos I e II, combinado com o artigo 68, inciso I, ambos da Constituição Estadual, eis que decorrem de Emendas dessa augusta Casa de Leis, as quais implicam em aumento de despesas não orçamentárias suportáveis, fato este que desatende, também, limites legais estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O inciso VI do parágrafo 1º, do artigo 3º; o parágrafo 2º do artigo 12; o inciso VII do artigo 18; o inciso III do artigo 19; e o inciso III do artigo 20, inconstitucionais pois ferem os comandos previstos nos incisos I, V e VI do parágrafo 1º do artigo 33, da Constituição Estadual, eis que os padrões de vencimento e o sistema remuneratório a que se referem conflita com os critérios

adotados pelo Executivo Estadual para as demais carreiras integrantes do Quadro ora proposto, notadamente em relação a complexidade das atribuições dos demais cargos com o cargo “Agente Fazendário”.

O parágrafo 2º, do artigo 19 porque, além de ferir a competência constitucional do chefe do Executivo Estadual para dar início ao processo legislativo quando tratar de regime jurídico de servidores públicos estaduais, notadamente sobre o enquadramento funcional. É mister ressaltar que o referido parágrafo afronta diretamente o texto da Constituição da República, especialmente o inciso II, do artigo 37 e o inciso II do artigo 27 da Constituição Estadual, considerando que através da proposição parlamentar pretende-se efetivar um provimento derivado de uma casta específica de servidores. Não é demais lembrar que a possibilidade de ingresso em cargo diverso para o qual prestou concurso público foi banida pelo Constituinte Nacional Originário, em 05 de outubro de 1988.

O inciso IV e suas alíneas, do artigo 19, é inconstitucional uma vez que é prerrogativa privativa do chefe do Poder Executivo Estadual a iniciativa das leis que disponham, dentre outros, sobre o regime jurídico dos servidores públicos estaduais. Verifica-se que os pretendidos critérios adentram em seara que não era da competência, sob a ótica constitucional, da augusta Assembléia Legislativa, a teor de reiteradas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (p. exemplo ADIN/MC 582 120-AM e ADIN 227-RJ). Tal inciso, bem como sua alíneas, criam aumento de despesas em projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, pois estabelecem enquadramento funcional não previsto na proposta original, não indicando, também, a correspondente fonte de custeio total da despesa, assim, o inciso I do artigo 68 da Constituição Estadual e o parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição da República, sem olvidar das disposições do artigo 15 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. Não obstante isso, verifica-se, também, que o referido inciso cria um tratamento não igualitário, ferindo, por isso, a igualdade de tratamento entre os atuais servidores estaduais, pois os diferencia única e exclusivamente pela carga horária de sua formação universitária a qual é estipulada, como é cediço, por lei específica, de índole federal. Quanto ao aspecto da complexidade das funções inerentes ao cargo ora considerado, todas tem o mesmo requisito de escolaridade para seu ingresso o que induz à conclusão que o referido inciso IV, inserto por Emenda, afronta os comandos dos incisos I, V e VI do parágrafo 1º do artigo 33 da Carta Estadual Paranaense.

O artigo 27, foi vetado porque aumenta, por via oblíqua, as despesas com o pessoal, sem a correspondente indicação da fonte de custeio, o que faz exsurgir na responsabilização, em caso de aplicação do artigo, do chefe do Executivo Estadual frente às claras disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de

2002 (v. artigo. 15, artigo 20, inciso II, alínea “c” e o inciso III do artigo 22).

O artigo 31 e seus incisos, foram vetados porque violam frontalmente a competência do Poder Executivo em estruturar seus serviços administrativos. Inobstante isso, constata-se que cria despesa sem a correspondente indicação da fonte de custeio.

Os §§ 1º e 2º, do artigo 21, porque versam sobre matéria tipicamente de competência constitucional do chefe do Executivo Estadual para dar início ao processo legislativo, quanto tratar de regime jurídico de servidores públicos estaduais, notadamente sobre o enquadramento funcional. Ademais, afronta diretamente a Constituição da República, em seu inciso II do artigo 37 e inciso II do artigo 27 da Constituição Estadual.

O artigo 32, inserido por Emenda, é de inconstitucionalidade incontestável, eis que claramente aumenta despesas com o pessoal do Executivo Estadual, ferindo, desta maneira, o inciso I do artigo 68 da Constituição Estadual e o parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição Federal.

O artigo 33, eis que é, por via reflexa, inconstitucional considerando que o chefe do Executivo Estadual prescinde de autorização legislativa para regular o regime jurídico dos servidores estaduais, nisso incluído o provimento dos cargos. Verifica-se, assim, uma pecha de inconstitucionalidade quanto à possível “autorização” conferida pelo Legislativo Estadual para a ocorrência de provimento derivado dos “servidores penitenciários”. Resta patente, destarte, a inconstitucionalidade desse artigo pois afronta textualmente o comando do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e inciso II do artigo 27 da Constituição Estadual.

O artigo 34, inserido por emenda, visa conceder aposentadoria especial aos servidores penitenciários e aos educadores sociais com o fito de restabelecer os ditames do parágrafo 4º do artigo 35 da Constituição Estadual, eis que, como é cediço, ainda não foi editada a Lei Complementar necessária para a regular aplicabilidade do referido dispositivo constitucional. Com efeito, tenho, também, que o artigo em destaque vulnera o disposto no inciso II do artigo 66 da Constituição Estadual e o parágrafo 4º do artigo 40 da Carta Magna, além de descumprir o parágrafo 1º do artigo 70 da Lei Estadual nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, tornando-o, portanto, além de inconstitucional, ilegal face ao conflito desse disposto com as disposições federais de cunho nacional.

O artigo 35, vetado porque fere, mortalmente, o comando do artigo 33, da Constituição Estadual, pois estende os efeitos de um artigo constitucional sem autorização do constituinte originário ou derivado, a situações não contempladas nesse Diploma o que a torna, portanto, material e formalmente inconstitucional.

O artigo 38, não acolhido, considerando que retira da competência do governador do Estado a prerrogativa de estipular o mês de referência para a implementação da

revisão geral anual. Vale lembrar que tal matéria já é tratada pela Lei Estadual nº 9.547, de 18 de janeiro de 1991.

O artigo 39 que trata da incorporação da gratificação especial por assiduidade ao vencimento básico dos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo, esclareço a V. Exa. que votei esse artigo em decorrência do descumprimento do disposto no inciso I, do artigo 68 da Constituição Estadual e nas disposições do parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição Federal e, também, no artigo 15 e no parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, eis que prevêem, inexoravelmente, aumento de despesas com o pessoal da Administração no Projeto de Lei do Executivo Estadual.

O parágrafo 3º, do artigo 19, face inconstitucionalidade pela iniciativa para trato da matéria, considerando que a competência constitucional é do Chefe do Executivo Estadual, além do mais, aumenta despesas com o pessoal da Administração pois altera o percentual previsto no artigo 2º, *caput*, da Lei Estadual nº 11.714, de 07 de maio de 1997, de 80% para 190% sobre o vencimento-básico, desatendendo, portanto, claramente, as disposições do inciso I do artigo 68 da Constituição Estadual, o artigo 169 da Constituição Federal e o artigo 15 e o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Não é demais lembrar que a concessão de índices diferenciados para a mesma categoria profissional viola os incisos, I, V e VI do parágrafo 1º do artigo 33 da Constituição Estadual.

O inciso VIII do artigo 18, foi vetado porque acarreta sensível aumento de despesas com o pessoal sem a correspondente indicação da fonte de custeio. Tal dispositivo faz, também, *tábula rasa* da competência do Chefe do Executivo Estadual, além de violar textualmente o comando do inciso I do artigo 68 da Constituição Estadual. Ademais, a concessão da vantagem ali prevista incorre em duplo fato gerador para a concessão de outros benefícios funcionais. Verifica-se, também, a inexistência da necessária indicação dos recursos financeiros-orçamentário para custear integralmente a despesa.

O parágrafo 2º, do artigo 30, vetado igualmente pelos motivos acima, pois eleva despesa, sem autorização constitucional, em projeto de lei de iniciativa exclusiva do governador do Estado.

O artigo 36, vetado por tratar de garantia já prevista constitucionalmente como já explícito no próprio artigo.

O artigo 37 teve que ser vetado pois o artigo 42 dispõe sobre a entrada em vigor na data de sua publicação e com efeitos conforme dispõe o artigo 23.

Por sua vez, os anexos VI, VII, VIII, IX e Planilha nº 01, não foram acolhidos face a vetos apostos aos dispositivos do corpo básico do projeto de lei em referência com os quais perderam eficácia e conexão.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 108/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo, que visa instituir o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelo atuais funcionários públicos civis da administração direta e autárquica, estabelecendo sua estrutura administrativa e funcional.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 118/2002, Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 467/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/2002, que autoriza o Poder Executivo a criar Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, conforme específica. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 421/2002

Curitiba, 23 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 329/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei parcialmente, o Projeto de Lei Complementar nº 467/2002, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o artigo 43.

Muito embora a medida tenha sido proposta por mensagem do Poder Executivo, o assunto, mesmo após submetido a essa Casa de Leis, foi mantido sob exame, tendo então, o referido artigo 43, sido considerado de

duvidosa constitucionalidade, em face da exigência de procedimento licitatório contida no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Por tal razão, o questionado dispositivo deixou de ser acolhido.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cuja razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 118/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 467/2002, de autoria do Poder executivo, que visa autorizar o Poder Executivo a criar a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Convido o 1º secretário para que proceda à chamada dos senhores deputados.

Os senhores deputados que forem favoráveis ao veto votarão com a cédula “sim”; os deputados que forem contrários ao veto votarão com a cédula “não”.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Divanir Braz Palma**)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

Quarenta e quatro senhores deputados votaram, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido os deputados Algaci Tulio, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e Marcos Isfer para que façam o escrutínio dos votos.

(Pausa para escrutínio dos votos)

Atenção senhores deputados, para o resultado da votação.

Com a cédula “não”: 34; com a cédula “sim”: 05. Votos: 38, “não”; 05, “sim”; 01, branco.

Estão rejeitados os vetos e mantidos os projetos referentes aos Projetos de Lei nºs 017, 311, 386 e 467.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a isenção do ICMS de máquinas e implementos agrícolas destinados única e exclusivamente ao serviço público. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E CAIC. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, com apoioamento dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, Serafina Carrilho e Renato Gaúcho, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 125/2001

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 125/2001, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Ficam isentos do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, máquinas e implementos agrícolas, como moto-niveladoras, tratores e pás-carregadeiras, que forem destinados única e exclusivamente ao setor público.

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho.

JUSTIFICATIVA:

A expressão “setor público” define melhor a intenção do legislador, pois trata-se de autarquias, secretarias e fundações. Enquanto serviço público poderá trazer equívocos de interpretação.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2002, que objetiva dispor que os créditos tributários inscritos em dívida ativa até 30 de junho de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, e sucessivas, nos termos que estabelece e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2002, que objetiva dispor sobre o controle da poluição atmosférica, padrões de qualidade do ar e sobre outras providências pertinentes à matéria. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2002, que objetiva instituir a carreira de agente fazendário estadual - APE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do quadro geral, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 530/2002

Art. 1º - Fica alterado o inciso VIII do artigo 2º, tendo este a seguinte redação:

“Art. 2º - ...

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe para a classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;”

Art. 2º - Passa a ter nova redação, o parágrafo 1º do artigo 7º, que é a seguinte:

“Art. 7º - ...

§ 1º - O Adicional Fazendário - AF, é a retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente exclusiva para o cargo de Agente Fazendário Estadual - AFE, incorporável para todos os efeitos legais;”

Sala das Sessões, em 20.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Edno Guimarães, Divanir Braz Palma, Fernando Guimarães e Antonio Carlos Belinati.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 6º da Lei 13.213, de 29 de junho de 2001. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2075, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 554/2002.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Araucária, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2001, de 16.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 526/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Araucária, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública o Provopar do Município de Rio Bom, com sede e foro no município de Rio Bom. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149/2001, de 17.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 538/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Miltinho Pupio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Ação Social - Provopar, com sede no município de Rio Bom e foro no município de Marilândia do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 538/2001

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Ação Social - Provopar, com sede no município de Rio Bom e foro no município de Marilândia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Ostomizados Núcleo de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2002, de 20.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 140/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Ostomizados do Núcleo de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital Universitário Regional de Maringá - AAHU, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 254/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital Universitário Regional de Maringá - AAHU, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Grupo Associado Municipal Beneficente e Assistencial de Colorado - Gamba, com sede e foro no município de Colorado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/2002, de 06/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 278/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grupo Associado Municipal Beneficente e Assistencial de Colorado - Gamba, com sede e foro no município de Colorado.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/2002, de 06/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 282/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 13.08.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Assistencialista Mãe Maria de Nazaré, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2002, de 14/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 323/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Assistencialista Mãe Maria de Nazaré, com sede e foro no município de Irati.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 13.08.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nº 376/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2002, de 27/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 376/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 13.08.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nº 395/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Comunidade de Consolata - AMCC, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2002, de 03/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 395/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Consolata - AMCC, com sede e foro no município de Formosa do Oeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 13.08.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nº 406/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, com sede no município de Doutor Ulysses e foro no município de Cerro Azul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2002, de 05/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 406/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, com sede no município de Doutor Ulysses e foro no município de Cerro Azul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 13.08.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nº 421/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Grupo Teatral Ralmeny, com sede e foro no município de Terra Roxa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2002, de 12/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 421/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grupo Teatral Ralmeny, com sede e foro no município de Terra Roxa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2080 e 2081, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2082 e 2084, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 458, 460, 461, 464, 470, 481 e 537/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 538 e 562/2001; 140, 254, 278, 282, 294, 323, 376, 395, 406, 421 e 530/2002.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Leis nºs 447, 487, 628 e 676/2001; 086, 344, 358, 389, 419, 420 e 424/2002.

Levanta-se a Sessão.